

SÍNTESE SOCIAL

A CRISE DA JUVENTUDE

O caráter explosivo que vem assumindo a crise da juventude tem sido objeto de inúmeras análises e ensaios. O presente estudo procura montar certas coordenadas para situar o problema e levantar um sistema de hipóteses que permitam uma reflexão cumulativa. Definem-se as dimensões da crise, sua universalidade, seu caráter minoritário e o ritmo crescente de sua expansão. Na investigação de seus fatores condicionantes, chama-se a atenção para o aspecto demográfico do problema, para as mutações nos esquemas mentais da nova geração e para a ruptura da transmissão de valores que caracteriza o processo educativo contemporâneo. Se há um hiato entre as gerações, o diálogo entre elas ainda é possível.

É BANAL dizer que todos assistimos a uma crise da juventude. Menos banal seria definir a natureza exata desta crise e identificar os fatores que a determinam ou condicionam.

Um primeiro aspecto que impressiona, no fenômeno, é o seu caráter de generalidade, e, pode-se mesmo dizer, de universalidade. Ele não é compartimentado por regimes políticos, nem por níveis econômicos, nem por graus de evolução cultural, nem por categorias étnicas ou religiosas. Explodem na

crupção vulcânica da Jovem Guarda chinesa, em países de regime socialista, como a Polónia e a Tcheco-Eslováquia e também em países do Ocidente, como a Alemanha, a França, a Holanda, a Inglaterra e os Estados Unidos. O fenômeno não é mais atribuível exclusivamente a frustrações subdesenvolventistas, uma vez que, se aparece com acuidade na América Latina, intensifica-se também com maior violência na América do Norte. No Brasil, explicitamente, não é nas áreas mais desfavoreci-

das que a crise assume proporções mais preocupantes. A juventude de todos os grupos étnicos e de todos os credos religiosos, ou sem credo nenhum, atinge o grau de ebulição que a faz mudar de estado: a geração do silêncio transforma-se na geração que quer fazer ouvir sua voz.

Este aspecto de universalidade, entretanto, deve ser entendido no seu exato sentido. Significa ele que a crise não é compreendida dentro de nenhum sistema de meridianos e paralelos. Mas não significa que envolva necessariamente a totalidade da juventude, nem muito menos que a envolva no mesmo grau de intensidade. Muito ao contrário, pode-se dizer que, mesmo em se tratando de um fenômeno universal, ele tem ainda um caráter nitidamente minoritário. Salvo o caso da Jovem Guarda chinesa, cuja explosão obedeceu a um plano político, todos os demais casos partem de uma minoria ativa, comunica-se a um círculo mais amplo de militantes, e daí se propaga em ondas cuja amplitude se aproxima de zero muito antes de cobrir toda a superfície do universo estudantil. Numa juventude universitária de 7 milhões de estudantes, como a dos Estados Unidos, talvez nem 5% participam da crise. Os 95% restantes continuam alheios, ou alienados, ao fenômeno.

Quando se diz aqui que o fenômeno tem um caráter minoritário, não se pretende insinuar que ele obedeça necessariamente a um modelo tático, a um plano misteriosamente elaborado não se sabe bem por quem, nem contra quê. A conotação de minoritário tem

aqui um sentido simplesmente e rigorosamente estatístico.

Universal, conquanto ainda minoritário, o fenômeno revela um terceiro aspecto, talvez o mais preocupante: é um fenômeno crescente. Todo fenômeno social de grande amplitude e profundidade começa sempre em minorias, que prenunciam ou antecipam a transformação total do universo. Porém, a mesma aceleração do fenômeno parece indicar a presença de fatores comuns responsáveis pela rapidez de sua expansão.

O primeiro fator que certamente influi na intensidade e aceleração da crise é o fator numérico, ou, poderíamos dizer, *demográfico*. A proporção de jovens é muito maior na atual geração do que na geração passada. A observação vale propriamente para os países que, com o Brasil, entraram no chamado hiato demográfico, definido pela distância crescente entre taxa de mortalidade, cada vez mais baixa, e taxa de natalidade, mantida ainda em níveis elevados. Mas vale também para os países que já chegaram a um novo e definitivo equilíbrio das duas taxas, de mortalidade e natalidade, já agora em baixos níveis percentuais. Vale também para eles, se levarmos em conta não apenas o crescimento vegetativo da população jovem, mas ainda o crescimento de seus índices de escolarização. Nos últimos 10 anos, o número de matrículas nas universidades passou, na América Latina, de 380.000 para 800.000; na Europa Ocidental, de 739.000 para 1.700.000 e nos Estados Unidos, de 2.600.000 para 7.000.000. Ora, o crescimento numérico não

permanece indefinidamente um fenômeno meramente aditivo. A partir de um determinado ponto crítico, êle afeta a própria natureza do fenômeno. Não se aumenta indefinidamente os graus de temperatura da água em estado líquido. Em condições normais de pressão, ao atingir os 100º, ela entra em efervescência e se vaporiza. Note-se ainda, abusando da analogia, que, aumentando a pressão, o ponto de ebulição é atingido mesmo antes dos 100º. A proporção da juventude universitária sôbre a população total aumentou rapidamente em todos os países que experimentam a crise. A própria composição de suas estruturas demográficas foi essencialmente alterada. Em que consistiu propriamente a alteração? Na deslocação, para os grupos de idade jovens, de um tremendo potencial crítico. A formação universitária não fornece apenas um *know-how* técnico-científico; ela principalmente alarga o horizonte cultural dos critérios e valores que inspiram as opções fundamentais e definem as decisões. No período de lenta escolarização universitária, as fracas proporções de jovens que emergiam para êste nôvo horizonte já o encontravam ocupado pelas gerações maduras. A aceleração do fenômeno determinou uma verdadeira erupção de jovens no cenário. Compreende-se que êles queiram impor à peça o seu próprio ritmo.

Muitos países, como é o caso do Brasil, foram tomados de surpresa pela agudeza da crise, antes do seu ponto natural de ebulição. É que, nestes países, as condições de pressão não eram normais. É fácil explicar a antecipação da

crise pela importação de infiltrações artificiais. Não sabemos se é igualmente científico recorrer a tal interpretação antes de ter exaurido a análise dos fatores domésticos que possam ter influído na precipitação do fenômeno. No Brasil, durante a década 1950-1960, a população passou de 51,9 milhões para 70,1 milhões, com o aumento percentual médio anual, portanto, de 3,1%, muito superior ao da década anterior, que fôra de .. 2,4%. Esta população nascida nos anos 50, em rápida expansão, começa agora a pressionar o mercado de trabalho, que, no mesmo período de 10 anos, só pôde aumentar a oferta de empregos de 20,1 milhões para 26,2 milhões. As projeções mais otimistas para o ano de 1975, no qual o Brasil atingirá o total de 107 milhões de habitantes, prevêem uma oferta de trabalho da ordem de 40,4 milhões para uma oferta de empregos que não excederá os 37,6 milhões. Concretamente êsses dados conduzem à trágica expectativa que, dos jovens que estarão demandando trabalho, em meados da próxima década, um mínimo de 2,8 milhões não conseguirá empregar-se. Naturalmente, o fenômeno não explodirá no ano previsto. Êle tem um caráter cumulativo. As águas represadas já começam a subir desde agora. O potencial de frustração coletiva da juventude já está começando a subir. E não há dúvida que uma tal situação, se não é responsável pelas crises de nossa juventude, é certamente o ingrediente explosivo de sua rápida expansão, a partir muitas vezes de episódios, que, em outro clima ideológico, se reduziram a fatos

da própria rotina da vida universitária. É evidente, por outras palavras, que a situação presente constitui uma espécie de amplificador de ondas que transforma rapidamente um episódio localizado numa crise nacional. A pressão antecipa o ponto de ebulição.

Se há medidas de poderes responsáveis tendentes a atenuar a gravidade da situação, outras há que deixam estarecido o observador imparcial e o levam a suspeitar que as autoridades parecem não estar se dando conta do fenómeno sísmico prestes a eclodir. Para o fundo de contenção no montante de 600 milhões de cruzeiros novos, o Ministério da Educação e Cultura entrou com 15%, e o Ministério do Exército com 0,5%. É claro que o Exército desenvolve também uma atividade educativa e promocional pela ação exercida junto aos milhares de conscritos a serem alfabetizados e pela colaboração com as comunidades de base, em obras de infra-estrutura. Mas a simples desproporção nas taxas de contenção, incidindo numa fase de tensão do mundo estudantil, pode induzir o governo a engajar-se no jogo perigoso de se ver obrigado a investir cada vez menos na educação para poder investir cada vez mais nos mecanismos de repressão, contra a falta de educação.

Não queremos, com as observações que precedem, subestimar o problema da infiltração. Queremos, ao contrário, formulá-lo em seus devidos termos. Há uma infiltração que se situa no plano policial: a penetração, no meio estudantil, de indivíduos a ele estranhos, com objetivos de incentivar movimen-

tos de protesto, que podem ir desde as arruaças até a preparação de guerra revolucionária e da guerrilha urbana. Mas há outra infiltração muito mais sutil e, a nosso ver, muito mais grave, que é a infiltração que chamaríamos de ideológica. Referimo-nos à infiltração que atingiu o próprio modo de pensar da juventude e aos modelos mentais pelos quais ela apreende e interpreta a realidade. A juventude adotou um modo de pensar radicalmente crítico, neste sentido que não aceita valores e critérios pelo simples fato de serem transmitidos pelo processo educativo. Ela resolveu problematizar, isto é, pôr em questão, todos os valores e critérios que as gerações anteriores tinham aceito como fundamentos inquestionáveis de toda cultura e de todo relacionamento humano e social. Nossa juventude é iconoclasta. Demoliu ídolos e mitos e no seu impulso libertador arrastou na mesma destruição convenções obsoletas e também valores insubstituíveis, valores cuja negação mesma acarreta uma sanção imediata e natural, valores que não se destroem impunemente. Hoje, ela está atônita ante a rapidez fulminante e a profundidade irreparável de seu gesto demolidor. Está surpresa e perplexa ante sua própria negação e procura angustiada um sinal num firmamento do qual ela apagou todas as constelações.

Este criticismo radical levou a juventude a uma atitude cética. No crê em princípios morais, porque chegou a um quase total relativismo, ao qual procura dar uma qualquer justificação teórica,

inspirando-se em diversas correntes de pensamento: marxismo, existencialismo, estruturalismo, e que, por vèzes, entende coonestar até com as modificações que diz observar na própria Igreja.

Não crê na sinceridade dos homens, porque está profundamente decepcionada com o espetáculo melancólico que lhe oferece a velha geração, espetáculo de egoísmos entrincheirados, de incompreensões mútuas, de ganâncias truculentas e de frivolidades senis. Espetáculo especialmente de hipocrisia dos que querem exigir dela a observância de certas normas de viver que êles mesmos clandestinamente desrespeitam.

Não crê na eficácia dos regimes, principalmente dos regimes ditos democráticos, porque não vê nêles senão mecanismos de revezamento, no poder e nas fontes de riqueza, de elites que já não estão mais à altura de sua missão social.

A juventude só parece crer em sentimentos e especialmente no amor e no ódio. O amor assumido em geral num sentido instintivo e orgásmico; o ódio como ingrediente orgânico de uma demolição total. Há em tudo isto uma estranha volta ao primitivo, às raízes animais da espécie humana, que, dentro de critérios convencionais, se reduziria a uma espécie de fenômeno de involução moral.

Este cepticismo inspira na juventude uma opção radical: ela prefere a negação de todos os valores à sua afirmação hipócrita e assume assim intencionalmente as formas mais desconcertantes de pensar e agir.

Talvez haja, entretanto, uma diferença essencial entre os comportamentos aberrantes, aparentemente idênticos, que se podem observar na nossa juventude e, por exemplo, na juventude da Europa. A juventude européia assistiu, quando pequena, a uma guerra com tôda sua sequela de devastações. Viu suas mães e irmãs violadas por soldados de tôdas as côres, que vinham do leste, do sul, do norte e do oeste; viu o câmbio negro funcionar, assistiu a uma exibição pública de desrespeito de tôdas as normas do viver. Esta experiência deve tê-la marcado profundamente. A nossa juventude não passou por esta experiência. Seus comportamentos aberrantes parecem muito mais obedecer a um mimetismo artificial do que originar-se de um trauma da infância.

É natural que, dentre as formas de pensar, exerça especial sedução sobre ela a forma dialética.

A juventude, especialmente nos seus líderes mais representativos, pensa segundo o esquema dialético, no qual a negação e o conflito assumem uma importância decisiva. É espantosa essa constrição de diafragma pelo qual ela intui a realidade social. Só vê uma saída: negar tudo o que está aí, para recomençar a construir tudo pelas bases, mesmo sem ter nenhuma noção precisa do projeto futuro. Aguda e violenta na negação de tudo, a juventude não passa de idéias extremamente vagas e gerais, no que concerne à estruturação da sociedade a ser criada.

Além do fator demográfico, o outro fator que nos parece decisi-

vo para a compreensão da crise é o fator *educação*.

Observando a extensão e o estilo desconcertante da rebelião dos jovens, têm-se a impressão nítida que houve uma ruptura na transmissão de valores pelo processo educativo. No revezamento das gerações anteriores, muita coisa mudava no que se referia apenas ao nível das convenções, mas havia a permanência de certos valores comuns que garantia uma essencial identidade de mentalidade entre as gerações. Podemos dizer: "Na minha geração, não se dava mais aula de sobrecasaca, tal como acontecia com a geração de meu pai. Mas na minha como na dele, o mestre era para ensinar e o aluno para aprender. Hoje os jovens adotam por vezes indumentárias e acessórios que os aproximam estranhamente dos mestres de sobrecasaca, mas insistem por interferir decisoriamente na elaboração de currículos e programas".

Uma filosofia nova da educação presidiu à formação dos jovens de hoje, filosofia que chamaríamos da neutralidade, ou da educação instintiva. Seu dogma fundamental foi o da não-interferência, o de deixar que os filhos descobrissem por si mesmos as normas do bem viver. Banuiu-se o castigo, como fator de traumas e recalques. Confiou-se a formação de hábitos às sanções naturais que pelas suas mesmas conseqüências deveriam permitir ao educando a aquisição de sua própria experiência.

O resultado de tal método educativo foi uma juventude impreparada para o uso da total liberdade que conquistou. Não há proporção entre a maturação do senso de

responsabilidade e a amplitude absoluta de opção que lhe foi deixada. A juventude não pôde adquirir responsabilidade bastante para o uso da liberdade que lhe foi conferida.

Um dos aspectos mais sérios da crise da juventude prende-se ao problema da reforma do ensino e, mais particularmente, da reforma universitária.

Com maior ou menor veemência, os jovens de muitos países se rebelam contra a universidade. Entretanto, a própria variedade dos motivos que provocam a rebelião parece sugerir que tôdas as revoltas têm um denominador comum: a crise da autoridade, portanto, fundamentalmente um problema de educação, de ruptura na transmissão de valores. "É proibido proibir", talvez seja o grito que mais brutalmente exprima a intensidade da crise. Grito irracional de revolta que, asfixiado pelo seu próprio ilogismo, mantém ainda uma proibição: a proibição de proibir, como notava o Prof. ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS.

A crise da autoridade se caracterizou pela passagem de uma revolta contra autoridades para uma revolta contra o princípio de autoridade. Em muitos casos, certamente em muito mais casos do que pensamos, as autoridades se tornaram indignas de sua missão. Professôres omissos, autoridades irresponsáveis, burocracia aproveitadora e oportunista. Os jovens esperaram muito. Tentaram muitos caminhos, aceitaram muitas delongas e compromissos. As frustrações aumentaram os rucores. Estes agora começam a explodir e a explosão abala os ali-

cercas de uma estrutura milenar. Decepcionados contra as autoridades, os jovens negam toda autoridade, ou não querem mais aceitar uma autoridade da qual eles não participem.

As insatisfações dos jovens contra a universidade se fundam numa base ampla de motivos, por vezes até contrastantes.

Em alguns lugares, a revolta começou por uma questão de espaço: falta de vagas, problema de excedentes, ou pleitora insuportável. Na França, dizem que instalações com capacidade para receber 100.000 alunos, estão funcionando com 160.000.

Em outros lugares, a revolta visa ao caráter excessivamente acadêmico do ensino superior. As universidades são acusadas de alienadas. Alienadas, porque as aulas se reduzem a improvisações verbais sobre matéria que o professor não tem tempo de atualizar. Alienadas, porque incapazes de organizar as atividades de pesquisa que dêem à formação um certo teor de tecnicidade, sem o qual os alunos se sentem completamente frustrados para o exercício de uma atividade profissional. Alienadas, porque prêsas a uma temática sem referência à comunidade na qual estão inseridas, principalmente em se tratando de uma comunidade em luta pelo desenvolvimento. Alienadas, enfim, porque desvinculadas do processo político econômico e social, o qual os jovens insistem em assumir, não como mero objeto de estudo, mas como campo de ação imediata.

Esta crítica da universidade alienada merece uma reflexão mais

detida, no que tange à universidade brasileira.

Num primeiro sentido, a universidade brasileira é dita alienada enquanto permanece e se desenvolve à margem da atual realidade brasileira. Esta realidade se caracteriza por uma tensão desenvolvimentista. Após uma tomada de consciência do Brasil como país subdesenvolvido, com tudo o que esta condição implica de problemas humanos, econômicos, políticos, sociais e culturais, endureceu na consciência nacional a decisão coletiva do arranque, da superação do subdesenvolvimento, e iniciou-se uma mobilização geral de forças, para o cumprimento desta decisão. A universidade não foi sensível a este abalo nacional, a este verdadeiro fenômeno sísmico que ameaça fazer desmoronar velhas estruturas. Continuou a perseguir seus altos objetivos humanísticos desinteressados. Continuou a formar seus alunos para o exercício das mesmas tarefas exigidas pela permanência de uma sociedade burguesa, de dimensões provincianas. Continuou a formar engenheiros que iriam encontrar colocação em alguma firma de construção civil, a formar bacharéis que iriam revelar suas virtuosidades em algum escritório de advocacia, a formar professoras que iriam ensinar em algum colégio particular tradicional ou que nunca haveriam de ensinar, porque nos próprios bancos da universidade tinham encontrado o príncipe encantado. A universidade parecia não se dar conta de que, num país subdesenvolvido, marcado pela escassez de recursos para investimentos básicos, ela era um luxo que só se justificava

cava na medida em que se revelasse um fator indispensável de desenvolvimento.

Cremos, lealmente, que não é possível repelir pura e simplesmente esta crítica como impertinente. Ao ouvi-la, fica-nos a invencível impressão de que contém muita coisa justa e válida.

É evidente que a censura subestima a ação formadora da universidade. Quantos engenheiros, médicos, advogados, sociólogos, psicólogos, professores, enfermeiras, assistentes sociais, economistas, jornalistas, homens da administração pública e privada, e até políticos não saíram das universidades brasileiras, que estão, por este Brasil afora, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento? Até se poderia reforçar a refutação perguntando onde, senão nas universidades brasileiras, os atuais militantes do desenvolvimento nacional receberam o equipamento para a ação que ora desenvolvem? Será que tudo o que eles valem, o devem a eventuais estudos feitos no estrangeiro?

Não há dúvida, são muitos os formados por nossas universidades que contribuem para o desenvolvimento; todos os que para êle contribuem devem sua formação, em todo ou em parte, direta ou indiretamente, às nossas universidades. Mas o que se critica, e em parte com razão, é o espontaneísmo deste resultado. O fato de se terem envolvido na luta pelo desenvolvimento não foi resposta a uma vocação profunda, que a universidade lhes inculcava, não foi resultado de uma intenção explícita, de programa sistemático de preparar homens para a atual conjuntura brasileira. Foi o resultado de cir-

cunstâncias extra-universitárias. A formulação aguda desta censura seria: contribuirão eles, hoje, para o desenvolvimento nacional, não porque passaram pela universidade, mas, apesar de terem passado por ela. Esse espontaneísmo é responsável ainda por outra deficiência, que caracteriza esta forma de alienação da universidade: é a que reside na desproporção entre os investimentos, os sacrifícios feitos, suportados pelo Brasil para manter suas universidades, e os resultados destes sacrifícios. Ao lado de uma plêiade de homens voltados à grande tarefa nacional, quantos se marginalizaram dela, e consomem num egoísmo solitário ou familiar os talentos e os recursos que, de fato, são devidos à comunidade nacional? Se, de fato, para obter dez imbuidos de verdadeiro senso de responsabilidade comunitária, é preciso formar cem egoístas, deve-se confessar que a taxa é muito baixa, que a universidade não está desempenhando sua função, que ela está alienada.

Um segundo aspecto da alienação da universidade brasileira é relativo à formação que ela ministra. Sendo ela mesma alienada, não pode fazer outra coisa senão ministrar uma formação alienada. Forma alunos alienados que, uma vez em plena vida profissional, se sentem inequipados para as tarefas reais que devem assumir. Sentem-se incapazes de compreender sequer a realidade no qual estão inseridos e muito menos capazes de atuar sobre ela. Esta segunda censura recobre parcialmente a primeira. No que tem de novo, refere-se à obsolescência de disciplinas e de métodos que perduram,

muitas vêzes, mesmo depois que perderam seu sentido ou sua eficácia, talvez por um fenómeno de inércia inerente a tudo o que é humano.

A crítica, neste sentido, é muitas vêzes pertinente, e os protestos dos alunos, neste ponto, não devem ser sumariamente arquivados, como inspirados na inexperiência juvenil. A universidade deve ser sensível a reclamações deste gênero, e, através de seus órgãos competentes, examiná-las com objetividade, para aproveitar o que tenham de útilmente renovador. Ela deveria ser grata aos alunos por esta atitude crítica e ver nisto uma prova de seu interesse.

Há um sentido, entretanto, no qual a censura não me parece válida. Ela não é válida, na medida em que pretenda sacrificar a um pragmatismo imediatista os valores humanísticos desinteressados da cultura. Compreendo que o Brasil de hoje não se possa permitir um oneroso aparato universitário para o puro cultivo da egiptologia ou das línguas mesopotâmicas. Mas seria exagero partir daí para originar a tecnicidade como critério supremo na universidade brasileira. O culto desinteressado da ciência pura e da arte, o desenvolvimento do pensamento filosófico são valores de que hoje nenhum povo pode se privar sem se diminuir. Os cultores da ciência pura, da filosofia como da especulação teológica, por mais desinteressada que seja sua obra, têm também a exercer uma função social. Parafraseando uma comparação célebre, diríamos que, para nós, homens da planície poeirenta

e enxovalhada, êsses contemplativos do saber "les sommets neigeux dont les cimes impassibles aspirent, continuellement, pour nous les puissances errantes de la haute atmosphère" (Teilhard de Chardin). Afinal a formação de nossas universidades não deve ser ou ter sido tão alienada assim, se dela saíram os homens que puderam fazer sobre ela a reflexão crítica que está hoje à base de sua renovação. Não sabemos se uma universidade rigorosamente tecnicista e pragmática será capaz de formar homens capazes da mesma reflexão sobre as eventuais alienações da universidade do futuro.

Um terceiro sentido da alienação da universidade poderá ser encontrado no seu alheamento aos problemas do seu tempo. Entendemos esta censura num sentido preciso de alheamento do espírito do nosso tempo caracterizado como uma fase de intensa procura de novos valores e de novas dimensões da realidade. Vivemos uma época de arrôjo na pesquisa, uma era de pesquisa sem compromissos, uma era de pioneirismo intelectual. A universidade, no entanto, fechou-se sobre si mesma, muito mais ciosa de conservar um patrimônio ou uma tradição, do que de renovar e de desvendar novos horizontes. Para esta missão, aliás, ela nem teve a preocupação ou a possibilidade de se equipar devidamente. O que é certo, entretanto, é que as grandes linhas que dilatam as perspectivas do nosso meio não partem da universidade. Os centros de pesquisas se foram organizando fora dela, enquanto ela se absorvia em transmitir uma rotina capaz de se per-

petuar como rotina. A renovação intelectual na universidade é um episódio aleatório, e muitas vezes cercado de suspeitas.

Não há dúvida que existem valores e patrimônios intelectuais que uma universidade tem a missão de conservar e perpetuar. Foi, aliás, da fidelidade a esta missão que se perpetuaram, em outras latitudes, as escolas de pensamento de cuja confrontação resultou muito do progresso, toda a floração intelectual de que a humanidade desfruta.

É inegável, porém, por outro lado, que a nossa universidade falhou na sua missão de ser criadora de cultura, pioneira de progresso. Falhou na sua missão de pesquisa. O fato será devido à escassez de recursos humanos e financeiros para uma atividade investigatória, que reclama sempre investimentos vultosos. Esta escassez, por seu turno, será devida à excessiva dispersão do movimento universitário brasileiro. Esta dispersão foi imposta pelas nossas condições territoriais, mas é certo que dificultou a constituição de grandes centros metropolitanos de cultura que talvez melhor desempenhassem as funções de uma universidade. Qualquer que tenha sido a influência deste fator de escassez sobre esta deficiência de nossa universidade, cremos, contudo, que não é o único fator. Muito trabalho de investigação pode ser feito sem que sejam necessários grandes investimentos. Desde que haja verdadeiro espírito de pesquisa geralmente os recursos aparecem. Infelizmente, o que há muitas vezes é um certo comodismo intelectual, o comodismo tranqüilo dos manuais. Não resta dúvida que

há, aqui, uma reforma a fazer. Não temos a ingenuidade de crer que as pesquisas que se devem realizar com os alunos e pelos alunos devam sempre se situar na franja do saber humano. Importa distinguir a pesquisa que é descoberta, inovação original, e a pesquisa que é redescoberta, que é encaminhamento do aluno para redescobrir, por si, o que já foi descoberto. A distinção, entretanto, não sugere apenas uma renovação metodológica. Sugere uma inovação nos objetivos da atividade universitária. A universidade não tem por objetivo único formar professores, repetidores do aprendido, mas formar criadores de cultura, e estes só se formam no cultivo do espírito de pesquisa. Poucas universidades podem, entre nós, dispor de uma equipe de professores que, em colaboração com os alunos, se ocupem exclusivamente de descobrir, mas todas podem ter professores que induzam os alunos a redescobrir. E serão esses alunos que um dia possibilitarão à universidade o desempenho de uma de suas mais nobres funções, a de criadora de cultura.

Um quarto sentido, em que a universidade se pode alienar refere-se a sua não-participação na vida da comunidade local, em que está inserida e que é normalmente a principal fonte de seu recrutamento. Por outras palavras, as universidades não se regionalizam, de maneira a se tornarem serviços eficazes das comunidades diferenciadas nas quais vivem. Prova disto é o caráter bastante padronizado de suas estruturas globais, de suas disciplinas, de suas faculdades e de seus métodos. É pouco

normal que, em uma universidade do Nordeste, não se encontrem diferenciações fundamentais com as universidades de centros urbanos do sul do Brasil. É claro que toda universidade tem que abastecer a comunidade de um certo número de diplomas capazes de exercer funções indispensáveis. Mas, ao lado disto, elas não podem deixar de se desenvolverem em determinadas direções, que vão ao encontro dos problemas específicos da região, sob pena de serem universidades alienadas. Um dos problemas mais gritantes da Guanabara é a favelização. Até agora, que contribuição deram as universidades da Guanabara para a solução do problema? Porque a universidade não comprova sua capacidade de servir a comunidade, esta comunidade também pouco se interessa com a sua universidade, se é que não conserva contra ela um certo ressentimento pelo que ela cobra para sobreviver.

Parece-me inegável que também aqui reside um aspecto da alienação da universidade que merece ser estudado e discutido, no sentido que sua superação não seja confiada à espontaneidade de iniciativas generosas e heróicas, mas seja objeto de uma programação sistemática.

Em outros casos, ao contrário, a rebelião dos jovens se insurge contra os imperativos tecnocráticos que a era pós-industrial começa a impor à universidade, no sentido de reduzi-la a uma "fábrica de idiotas especializados". A expressão é do líder estudantil alemão RUDI DUTSCHKE. A crítica é comentada com pertinência pelo editorial do Boletim Cambial de 7 de maio de 1968:

"Na verdade, a universidade está em crise em todo o mundo. Se ainda existem, felizmente, centros de altos estudos, que formam homens completos e que cuidam de que a especificação profissional não elimine o conhecimento de outros valores humanos, também não é menos certo que as universidades passaram a ser dependências da tecnocracia, condicionadas à produção e ao desenvolvimento.

"Os planejadores do ensino estão marginalizando a cultura. A relação de produção e consumo tornou-se o mito essencial da sociedade moderna, ameaçando transformar o ser humano em mera fábrica de produzir bens materiais, em produtor de mercadorias. Dentro deste conceito, produzir passa a ser o único destino do homem, que produzirá tanto melhor, segundo imaginam os tecnocratas, quanto menos saiba de outras coisas que não sejam as de sua profissão especializada.

"Desta forma, o mundo moderno está sendo conduzido para uma civilização de especialistas. O especialista é o homem que sabe muito sobre pouca coisa e que acaba sabendo cada vez mais sobre cada vez menos — conforme a injetiva de ORTEGA Y GASSET.

"A juventude, a idade em que o homem forma o seu espírito, quando ainda não está esvaziado pela rotina, deseja alguma coisa mais do que ser máquina de produzir. Deseja pensar, já que o pensamento é o recurso capaz de fixar sua presença nos destinos do mundo. É o homem que sabe apenas fazer alguma coisa, não sabe pensar. Os gregos já haviam descoberto isso, quando afirmavam a prioridade do pensamento sobre a

ação, explicando que o homem começa a filosofar exatamente quando não sabe o que fazer.

“Os jovens querem pensar. Mas a universidade moderna está se recusando, cada dia mais, a permitir-lhes que pensem, querendo fazer dêles apenas máquinas de produção, instrumentos do desenvolvimento. Os planejadores se esquecem que o homem não é um produto do desenvolvimento. O desenvolvimento é que é um produto do homem, e só depois de pensar, êle poderá saber fazer alguma coisa em conexão com os outros seres humanos.

“Não faz muito tempo, um estadista do porte de ADENAUER proclamava que a grandeza econômica da Alemanha moderna, o vigor de seu parque industrial e de toda a sua civilização ressurgida depois da guerra se deviam mais a um silencioso filósofo — MARTIN HEIDEGGER — ocupado em meditar sobre a ontologia fundamental numa cabana da Floresta Negra, que a todos os técnicos, engenheiros e economistas do país.

“Com a universidade rebaixada ao nível de escola técnica, jamais poderemos preparar uma cultura. Poderemos, no máximo, montar uma grande agência de empregos — o que não chega a ser uma nação”.

Enfim, um último fator de revolta é a crítica da universidade discriminatória. Em alguns países, a linha de discriminação separa e marginaliza grupos étnicos. É o caso dos Estados Unidos, por exemplo, onde a crise atinge agora um alto grau de incandescência. É também o caso do Brasil, onde ela entretanto permanece ainda em estado potencial. É conhecido entre

nós o fato do baixíssimo número de alunos de cor que chegam às universidades, note-se aliás, por motivos, que, em grande parte, independem das mesmas universidades.

Nos casos mais freqüentes, a linha de demarcação divide classes sociais. É pequena a porcentagem dos filhos de operários e da pequena classe média que tem acesso ao ensino superior. Neste ponto, uma crítica mais aguda atribui à universidade maior responsabilidade. A universidade é criticada por ser um reflexo de uma estrutura social rigidamente estratificada e, principalmente, por se constituir em instrumento de permanência desta estratificação, em vez de se transformar, como devia, no mais eficaz agente de mobilidade vertical. A crítica atinge de maneira mais contundente as universidades particulares, as quais, pelos seus mecanismos de arrecadação de recursos financeiros, montam, voluntariamente ou não, um aparelho seletivo de discriminação social.

Tôdas as observações que precedem devem ser referidas a um dado fundamental do problema: a juventude estudantil como protagonista da dramaturgia de uma época, representa um tipo social extremamente fluido. Isto significa que os atôres se renovam no cenário com uma periodicidade média de uns 5 a 6 anos. Daí a relativa rapidez das renovações nas idéias e aspirações dêste universo. As unidades que o compõem, uma vez expirado o prazo do currículo e iniciada a vida profissional e familiar, raramente as conservam por muito tempo.

O dado é importante, porque sugere a possibilidade de uma mu-

tação radical no espaço de tempo de uma geração. Uma revisão na filosofia educacional pode determinar essa mutação.

* * *

A conseqüência mais dolorosa da crise é talvez o hiato entre as gerações, profunda rachadura que se prolonga até a intimidade das famílias. Torna-se cada vez mais difícil o diálogo sincero entre pais e filhos. A distância entre ambos aumenta e se deteriora facilmente em hostilidade surda ou explosiva. Ambas as gerações se acusam e se imputam mutuamente responsabilidades.

Não é o caso de instaurar um processo de culpa, mas de procurar as bases para um novo tipo de relacionamento, de vez que, no fundo, há uma perfeita coincidência de objetivos. Afinal de contas os pais desejam para os filhos precisamente aquilo que eles reivindicam. As divergências se situam em planos mais superficiais do modo de conceber este bem e dos meios para realizá-lo.

Sobre a base desta premissa, julgamos que o diálogo é ainda possível, se houver, de parte a parte, o reconhecimento leal de que ambas trazem contribuições positivas para o objetivo comum.

Há muita autenticidade nos jovens e uma sensibilidade maior para suas responsabilidades sociais que a de uma geração anterior formada numa perspectiva de carreirismo individualista. Por outro lado, as vivências concretas dos jovens no seu mundo estudantil permitem-lhes o acesso a dados, para as soluções dos problemas,

que escapam à observação das direções e diretorias mais perspicazes. Se as decisões devem caber de fato às autoridades responsáveis, seria irracional que estas pretendessem excluir sistematicamente os jovens dos processos de comunicação informativa, pelos quais se elaboram as decisões racionais.

De outra parte, as gerações mais avançadas têm uma contribuição imprescindível para o diálogo, a contribuição da experiência. Os jovens, pela confiança ingênua que depositam no equacionamento científico dos problemas, não têm condições de apreciar o valor da experiência, esse dom da sabedoria. Pelo fato mesmo de sua imaturidade, não podem sequer atingir com clareza a distinção entre sabedoria e ciência. Mas, da sua parte, seria também irracional querer negar um crédito de confiança às gerações maduras, sem cuja contribuição a história humana se reduziria a assaltos sucessivos de cada geração ao patrimônio legado pelas gerações anteriores. Sem tradição não há continuidade, não há processo acumulativo, não pode haver progresso. Se os velhos se esquecem de que foram jovens, os jovens não podem se esquecer de que um dia serão velhos. Os velhos não podem se esquecer que o mundo de amanhã é dos jovens e que é para eles que o devem preparar; mas os jovens não devem se esquecer que, quando assumirem as responsabilidades deste mundo de amanhã, eles já serão velhos e outros jovens já lhes estarão pedindo contas de seu desempenho, de sua fidelidade à sua missão no processo evolutivo da velha raça humana.